



Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias

Vol. 28 | 2011

Das leituras e dos leitores - Entre filologia e história

Tipografia Cápima

a propósito dos cadernos e fascículos que aí se imprimiram

Cápima Typography: about the Cadernos and the sheets published there

Patrícia de Jesus Palma



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/203>

DOI: 10.4000/cultura.203

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 Junho 2011

Paginação: 125-140

ISSN: 0870-4546

Reférendia eletrónica

Patrícia de Jesus Palma, « Tipografia Cápima », *Cultura* [Online], Vol. 28 | 2011, posto online no dia 23 abril 2013, consultado a 01 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/203> ; DOI : 10.4000/cultura.203

Tipografia Cácia: a propósito dos cadernos e fascículos que aí se imprimiram*

Patrícia de Jesus Palma**

A Tipografia Cácia, situada em Faro, deu à estampa, entre outros, cinco conhecidos fascículos intitulados *Poesia 61*, que viriam a constituir-se como marco de um dos importantes caminhos da poesia portuguesa do século XX.

Como surgem aqui editados estes e outros folhetos de autores como António Ramos Rosa, E. M. Melo e Castro, Maria Teresa Horta, Casimiro de Brito, Luiza Neto Jorge ou Fiamma Hasse Pais Brandão, entre tantos outros? É esta questão que tentaremos deslindar, tentando perceber as condições de criação e de produção que se conjugaram nas décadas de 50 e 60 na província, trazendo a lume marcantes textos como os já referidos ou os *Cadernos do Meio-Dia* e colecções como «A Palavra» ou ainda «Silex».

Os anos 50 e 60 foram, como sabemos, anos de tensões e de conflitos políticos que, progressivamente, minaram o Estado Novo. No plano internacional, o regime sofreu a pressão da União Indiana sobre Goa, a pressão da Organização das Nações Unidas a respeito das colónias, a crispação com o Brasil e a Argentina, devido às acções desenvolvidas por Humberto Delgado e Henrique Galvão. No plano nacional, sentiu o exacerbar dos oposicionistas com a candidatura de Humberto Delgado às eleições presidenciais de 1958, o qual, embora tivesse saído vencido nas urnas, manteve a sua acção opositora ao regime, tentando estabelecer contactos com outros países no sentido de atrair as atenções para a situação portuguesa. Por outro lado, verificou-se a tomada do navio *Santa Maria* por Henrique Galvão, com o objectivo de o conduzir a África, onde, libertando parte do território colonizado, constituiria, com os meios adequados, um governo que fizesse frente ao regime. Os planos não são totalmente concretizados, mas a acção serviu para chamar a atenção da comunidade internacional sobre Portugal. Em 13 de Abril de 1961, deu-se uma tentativa

* Este artigo tem como base a dissertação de mestrado da autora, intitulada *A Produção Literária Impressa no Algarve durante os Séculos XIX e XX*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2008, onde se encontram desenvolvidos aspectos complementares, tais como as biobibliografias dos autores e tipógrafos aqui mencionados. Aproveito para agradecer a amabilidade dos testemunhos de Casimiro de Brito, Manuel Baptista, Teodomiro Neto, Mário Cácia e Maria Rita Cácia. Aos dois últimos agradeço ainda a documentação facultada.

** Doutoranda em Estudos Portugueses – História do Livro e Crítica Textual, na Universidade Nova de Lisboa e investigadora do CHC, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

de golpe de estado dirigida por Botelho Moniz. Na sequência destes acontecimentos, o regime não hesita em incrementar os meios que evitem situações destabilizadoras.

Em Março de 1961, iniciaram-se os conflitos em Angola, que se estendem progressivamente às restantes colónias. Salazar resiste e faz desta guerra um instrumento para unir internamente a pátria, através da exploração de sentimentos nacionalistas.

Em 1965, o regime é mais uma vez abalado pela notícia do assassinato de Humberto Delgado, encontrado em Espanha pela polícia espanhola, acreditando-se que o General tivesse sido atraído a uma emboscada preparada pela PIDE.

Não obstante, a verdade é que Portugal vivia momentos de franco crescimento económico, o que, sem dúvida, promovia a estabilidade social e acautelava eventuais convulsões internas. A afluência de receitas durante a II Guerra Mundial; a exportação de produtos estratégicos como o volfrâmio; o recebimento de divisas ao abrigo do Plano Marshal a fim de se promover o desenvolvimento, nomeadamente através da produção de energia eléctrica e infra-estruturas de comunicação; o surgimento de novas indústrias como as celulosas, as novas químicas e a metalurgia; a criação de estruturas nas áreas da saúde, educação e justiça, são garantes de condições de estabilidade propícias ao desenvolvimento económico e, por conseguinte à paz social que, embora imposta, é condição *sine qua non* para a vitalidade do governo.

Nos anos 60, os grupos monopolistas, protegidos pelo Estado, apostam em novas indústrias e expandem-se para as colónias com produtos relacionados com o esforço de guerra. Porém, estes grupos recebedores de receitas do próprio Estado vêem essa fatia diminuir gradualmente, devido à canalização de verbas para a guerra colonial. Esta circunstância leva a que o capital industrial se funda com o da banca, criando um verdadeiro monopólio financeiro, libertando-se assim, ainda que parcialmente, da chancelaria do Estado e iniciando-se o diálogo com o mercado internacional, o que ia claramente contra os desígnios oficiais. António Oliveira Salazar terá confidenciado que: «Quero este país pobre, mas independente; não o quero colonizado por capital americano.»¹ Este desejo acaba por ser pura utopia, falhada inclusivamente por responsabilidade do próprio que, numa tentativa de criar alianças políticas com outros países que o apoiassem na sua guerra, permite a entrada de capital estrangeiro, quer através de empréstimos a fim de suportar as despesas bélicas, quer através da abertura do mercado português aos grupos internacionais que viam no país uma aposta segura, motivada pelos baixos salários, pelos preços praticados e pela estabilidade social aqui encontrada.

¹ VIEIRA, Joaquim (coord.), «Terra em transe», in *Portugal Século XX. Crónica e imagens*, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 23.

Estas características constituem também um chamariz para a indústria turística que se começa a desenvolver a partir dos anos 50. Muito particularmente o Algarve torna-se uma zona preferencial na rota dos turistas setentrionais que procuram o Sul da Europa como destino. Outra via de comunicação é criada pela emigração para outros países europeus que continuam a empregar milhares a custos baixos; embora constitua uma baixa na força de produção portuguesa, a emigração significa remessas importantes para o equilíbrio da balança comercial².

As palavras seguintes sintetizam bem as tensões vividas na década de 60:

Portugal vive na verdade uma série de paradoxos durante os anos 60: o desenvolvimento económico convive com persistentes sinais de subdesenvolvimento e desequilíbrios estruturais; a industrialização, criando mais e melhores empregos, não estanca a emigração; o protecçãoismo económico coexiste com a invasão de empresas estrangeiras; apregoa-se o casamento económico com as colónias, mas pratica-se o acto com a Europa; o Governo opta pelo isolamento diplomático ao mesmo tempo que os Portugueses, mercê da emigração, da guerra, da TV, do turismo e das novas tendências juvenis, nunca estiveram tão abertos às influências exteriores.³

Casimiro de Brito, o principal responsável pela maioria das edições que são dadas à estampa na Cácia, testemunhou-nos, em entrevista, o modo como a sua vida foi resultado e ilustrativa de todas estas circunstâncias. Vejamos: começou a trabalhar numa empresa de transformação e comercialização de frutos secos no interior do Algarve, em São Bartolomeu de Messines. Aqui foi convidado por uma instituição bancária e mudou-se para Portimão. Nos finais dos anos 50, é deslocado para a capital de distrito, Faro. Aí, Casimiro pôde testemunhar a afluência gradual de turistas estrangeiros e portugueses ao Algarve, nomeadamente à praia de Faro, onde vinham passar as chamadas «férias grandes». Em 1967, Casimiro de Brito sentiu na pele o peso do aparelho repressor do regime na sequência do seu *Vietname... Em nome da liberdade* e, em 1968, foi transferido para

² Não obstante esta perspectiva optimista do estado financeiro de Portugal, não se pense que toda a população usufruía das consequências destas condições. Franco Nogueira sublinha o desfasamento: «Na província, e em particular nas zonas rurais, são ainda grandes as faltas, e é ainda atrasado o ambiente da vida social. Poderá talvez afirmar-se que alguns dos grandes investimentos públicos não produziram todos os benefícios socioeconómicos que seria lícito esperar (...)». NOGUEIRA, Franco, *O Estado Novo. 1933-1974*, prefaciado por Marcelo Rebelo de Sousa, Porto, Livraria Civilização Editora, p. 408.

³ VIEIRA, Joaquim (coord.), «Terra em transe», in *Portugal Século XX. Crónica e imagens*, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 23.



Capa de *poemas da solidão imperfeita*

a Alemanha, onde abriu uma dependência do banco onde trabalhava, destinado essencialmente aos emigrantes portugueses.

Casimiro de Brito não foi só protagonista e testemunha das transformações socioeconómicas que se operavam na província. Foi também produto e criador e promotor de um ambiente cultural muito particular que se vivia em Faro, sobretudo a partir da década de 40 com a publicação da revista *Afinidades: revista de cultura luso-francesa*, dirigida por Francisco Fernandes Lopes⁴. Destacou-se como jovem poeta mas também pela sua capacidade de iniciativa, aliando o sonho à acção.

Segundo Hélder F. Raimundo⁵, os seus primeiros textos terão sido publicados na página literária «Prisma de Cristal» (16/10/1956-15/02/1959) do jornal *A Voz de Loulé*, fundada pelo próprio. Pelos mesmos anos, colaborava também na página literária «Arraial», do jornal *Correio do Sul*. Em ambas publicou poemas, traduziu poetas, escreveu sobre poesia, arte, cinema, filosofia, divulgou outros poetas novos como ele, entrou em polémicas, mergulhou na vida literária coeva.

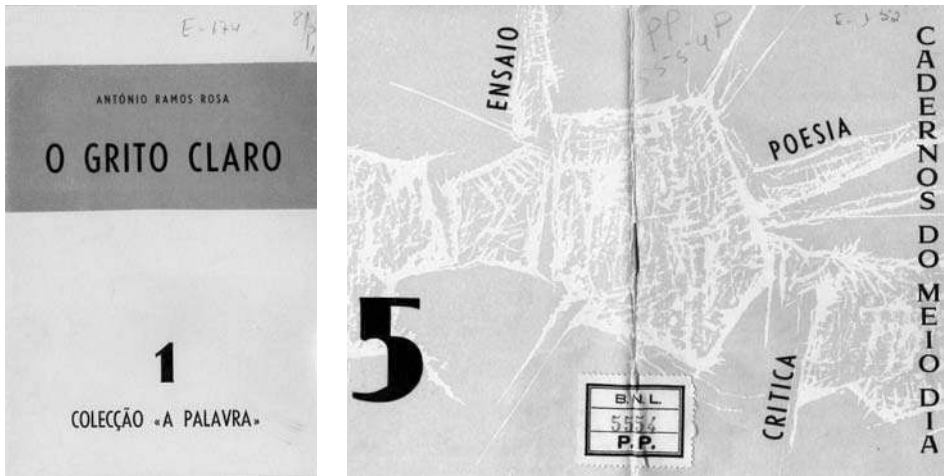
O ano de 1958 foi o seu ano de estreia sob a forma de livro: *poemas da solidão imperfeita*. Saiu do prelo da Tipografia Cácia em 1957, em capa preta, com as letras a branco.

Consciente de que havia um longo caminho a trilhar, sentiu a necessidade de se aproximar daquele que, apesar de pouco mais velho, era já ao tempo considerado como *O Poeta*: António Ramos Rosa.

Em 1958, António Ramos Rosa, após alguns problemas políticos em Lisboa, regressou à província (como muitos outros), à terra-mãe, e começou a dar explicações de francês como forma de sustento. Casimiro procurou-o e inscreveu-se nas explicações. Da «primeira aula» nasceu a relação entre dois poetas que havia de ser duradoura. Pouco depois, Casimiro propôs a António Ramos Rosa a edição dos seus poemas numa colectânea, até aí apenas publicados em jornais e revistas. *O Poeta* aceitou e Casimiro estreou-se como director de colecções de poesia, publicando, como n.º 1 da colecção «A Palavra», o primeiro livro de

⁴ Cfr. PALMA, Patrícia de Jesus, *A Produção Literária Impressa no Algarve durante os Séculos XIX e XX*, Lisboa, FCSH, 2008, dissertação de mestrado, pp. 194-198.

⁵ Cfr. RAIMUNDO, Hélder F., «Casimiro de Brito e o "Movimento Prisma" em Loulé», *al-'ulyà. Revista Arquivo Municipal de Loulé*, Loulé, Câmara Municipal, n.º 11, 2006, pp. 245-253.



Capas de *O Grito Claro*, de António Ramos Rosa, e de *Cadernos do Meio-Dia*, n.º 5.

António Ramos Rosa, *O Grito Claro*, saído também dos prelos da Cácia em 1958, e inteiramente custeado por Casimiro de Brito. Pouco depois, resultado da conjugação da vontade juvenil de um e da sabedoria do outro, surgem no mesmo ano os *Cadernos do Meio-Dia*. *Antologia de Poesia, Crítica e Ensaio*. Publicaram-se entre Abril de 1958 e Fevereiro de 1960, com coordenação de António Ramos Rosa, Casimiro de Brito, Fernando Moreira Ferreira e Hernâni Lencastre. Não obstante a menção «publicação não periódica», a censura apreenheu o quarto número, saindo o quinto e último número um ano depois, em Fevereiro de 1960. Este último foi enriquecido pela participação do pintor Manuel Baptista que ilustrou a capa, até aí sempre modesta do ponto de vista gráfico.

Tratou-se de uma publicação ecléctica, cujo princípio básico era a reunião de «vozes diversas a que apenas a sua dignidade e altitude estética conferirão aquela unidade indispensável (...). A [sua] preocupação será (...) dar especial relevo à "Presença atenta e eficaz da poesia na Consciência, na Cidade, no Cosmos"». Para cumprir este programa, para além dos coordenadores, juntaram-se ao projecto Adolfo Casais Monteiro, José Terra, Egito Gonçalves, António Teixeira Marques (v.), José Bento, Helberto Helder, Manuel Pacheco, Gaston-Henry Aufrère, Maria Almira Medina, Vítor Matos e Sá, Saúl Dias, Alberto de Lacerda, Fernando Echevarria, José Manuel Simões, João Rui de Sousa, António José Fernandes, Papiniano Carlos, Vasco Miranda, Carlos Alberto Jordão, Manuel Madeira, José Carlos González, Renata Pallottini, Wilson Rocha, Gabriel Celaya, Ángel Crespo, Luísa da Costa, Óscar Lopes, Emiliano da Costa, José Gomes Ferreira, Carlos de Oliveira, João José

Cochofel, Raul de Carvalho, Mário Cesariny de Vasconcelos, José Fernandes Fafe, António Carlos, António Vicente Campinas, Afonso Cautela, Carlos Porto, Eduardo Olímpio, António Fernández Molina, Jorge de Sena, Eugénio de Andrade, Alexandre O'Neill, Fernando Vieira, Maria Alberta Meneses, Luís Fernando, E. M. de Melo e Castro, Rui Mendes, Aureliano Lima, Candeias Nunes, Almeida Firmino, Fernando Pessoa Ferreira, Arcádio Pardo, David Mourão-Ferreira, João Rui de Sousa, Fiama Hasse Pais Brandão, Alfredo Margarido, Gastão Cruz, Maria Teresa Horta, Manuel de Castro e Milton de Lima Sousa.

Entretanto, e principalmente no período das “férias grandes”, passadas em Faro, conhece-se pessoalmente todo um grupo de jovens que há-de fecundar a literatura e as artes plásticas: Casimiro de Brito, Manuel Baptista, Maria Teresa Horta, Gastão Cruz, Maria Alberta Meneses, Luíza Neto Jorge, E. M. Melo e Castro, Fiama Hasse Pais Brandão, Vespeira, entre outros. Encontros, tertúlias, jantares no mítico restaurante «Dois Irmãos», um *ex-libris* da cidade, segundo Manuel Baptista, que albergava de tudo e onde se reuniam todos. Fervilhava a juventude, a poesia, a resistência.

Na impossibilidade de dar continuidade aos *Cadernos*, Casimiro de Brito voltou a congregar energias para publicar os textos destes jovens poetas, dando continuidade às colecções «A Palavra» e «Silex». Tratava de todos os assuntos com a tipografia e chegou mesmo, após a saída do seu emprego de funcionário bancário, a dedicar longas horas noite dentro à composição dos folhetos, na Tipografia Cácia. A ajudá-lo esteve o responsável pelo grafismo, Manuel Baptista. Saem, então, pelas duas colecções:

Colecção «A Palavra»:

N.º 1, 1958, ROSA, António Ramos, *O Grito Claro*, Faro [Casimiro de Brito].

N.º 2, 1959, BRITO, Casimiro, *Telegramas*, capa de Álvaro Fialho, Faro [ed. de autor].

N.º 3, 1959, BRANDÃO, Fiama Hasse Pais, *O Aquário*, capa de Luíza Neto Jorge [ed. de autora e de Casimiro de Brito].

N.º 4, 1960, JORGE, Luíza Neto, *Noite Vertebrada*, capa da autora, Faro [ed. de autora].

N.º 5, 1962, BRITO, Casimiro de (trad.), *Poemas Orientais*, capa de João Reis, Faro [ed. de autor].

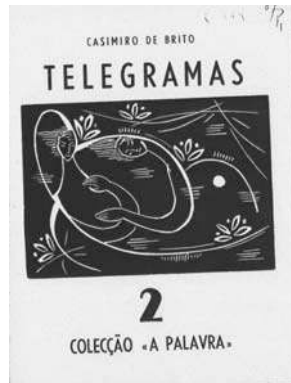
N.º 6, 1964, NUNES, Candeias, *O Tempo e os Sinais*, Faro, [ed. de autor].

N.º 7, 1968, HONORATO, Ilídia, *Políptico do Amor*, Faro, [ed. de autora].

N.º 8, 1967, BRITO, Casimiro de, *Vietname... Em nome da liberdade*, Faro [ed. de autor].



1



2



3



4



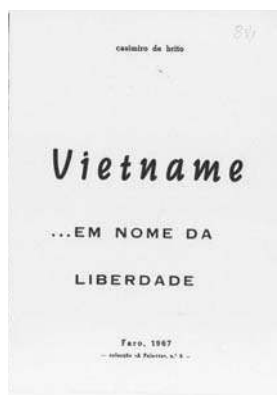
5



6



7



8

Capas da colecção
«A Palavra».



1



2



3

Capas da colecção «Silex».

Colecção «Silex»:

N.º 1, 1958, Casimiro de Brito, *Sete Poemas Rebeldes e Carta a Pablo Picasso*, Faro [ed. de autor].

N.º 2, 1960, HORTA, Maria Teresa, *Espelho Inicial*, capa de Manuel Baptista, Faro [ed. de autora].

N.º 3, 1960, CAUTELA, Afonso, *O nariz. Diário II*, Faro [ed. de autor].

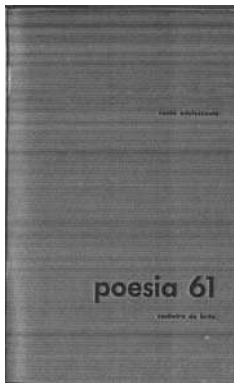
Como lemos, nenhuma destas colecções tem publicações de 1961. Este ano foi preenchido pelos cinco fascículos intitulados *Poesia 61*, da autoria de Fiama Hasse Pais Brandão, Casimiro de Brito, Gastão Cruz, Maria Teresa Horta, Luíza Neto Jorge e capa de Manuel Baptista, tratando-se, na perspectiva do próprio Casimiro, de uma espécie de confluência, não obstante a diversidade. Gastão Cruz considerou esta experiência poética como a “exploração das virtualidades da palavra – em particular do nome como imagem ou metáfora – destacando-a progressivamente no discurso ou na página”⁶.

⁶ CRUZ, Gastão, “A poesia de 60”, in *A Poesia Portuguesa Hoje*, 2.ª ed., cor. e aum., Lisboa, Relógio d’Água, Set./1999, p. 207.

Capa dos fascículos de
Poesia 61.
Fonte: colecção
particular de Artur
Anselmo.



Morfismos



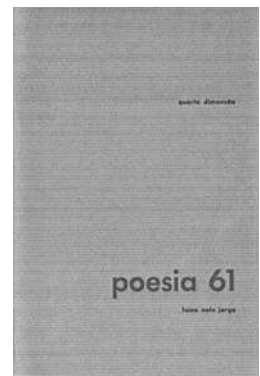
Canto adolescente



A noite percussiva

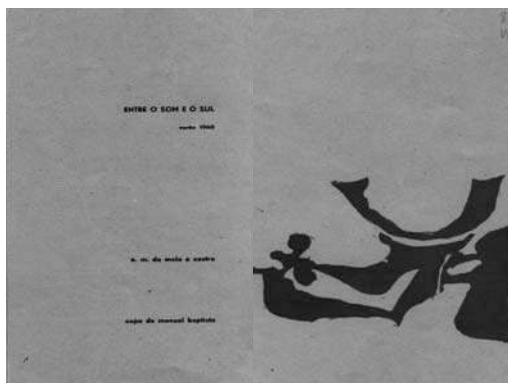


Tatuagem

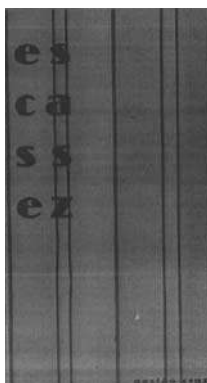


Quarta dimensão

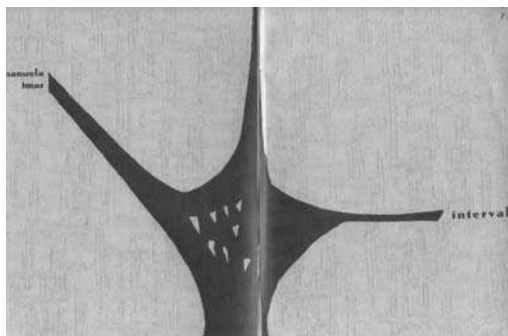
Capas dos cinco
fascículos de *Poesia 61*.
Fonte: colecção particular de
Artur Anselmo.



Entre o Som e o Sul



Escassez



Intervalo

Capas de *Entre o Som e o Sul*, *Intervalo* e *Escassez*.

A par das duas colecções, do grupo de jovens publicaram também, sob a forma de edição de autor e impressos na Cácia, E. M. Melo e Castro, *Entre o Som e o Sul*, capa de Manuel Baptista, 1960; Manuela Imar, *Intervalo*, capa de Hernâni Taveira e fotografia de Carlos Garcês, 1962; Gastão Cruz, *Escassez*, capa de Manuel Baptista, 1967.

Devemos sublinhar o papel da Tipografia Cácia como actor indispensável à materialização deste movimento, que recebeu o grupo de novos poetas. Casimiro de Brito, em entrevista cedida, lembrou como Armelim Mendes Cácia foi generoso e decisivo para a concretização de um projecto para o qual não existia execução financeira: “quanto ao dinheiro não há problema, pagas metade e o restante é pago através de algumas horas aqui na tipografia”, declarou-lhe o tipógrafo. Foi assim que se tornou a oficina eleita destes autores, onde tranquilamente puderam decidir, discutir, acompanhar e até mesmo participar, com as suas próprias mãos, na composição da sua obra, vendo-a nascer e ganhar forma comercialmente.

Paralelamente a este grupo, outros poetas publicavam aqui os seus textos, de índole poética muito diversa: Emilianio da Costa, Cândido Guerreiro, António Aleixo, António do Nascimento, Joaquim Magalhães, Alberto Marques da Silva, António Vicente Campinas, António António, Orlando Bica e António Fernandes Rodrigues.

Faro viveu neste período mais um intenso momento intelectual, suportado por uma época de alguma estabilidade económica (estávamos no período pós-guerra), que permitiu o recrudescer do número de produções impressas por estes anos. A actividade cultural levada a cabo na cidade por diversos agentes, nomeadamente pelo Círculo Cultural do Algarve que fundou em 1958 o Grupo de Teatro⁷, visava reagir a um contexto ideológico desfavorável, que de vários quadrantes começara a dar sinais de fragilidades, reunindo vozes, divulgando-as, fazendo emergir ideias, pensadores, cultura.

A escolha da Tipografia Cácia: um acaso ou a herdeira de um percurso de vanguarda?

Armelim Mendes da Assunção Cácia (Loulé, 03/11/1891 – Faro, 09/03/1977) foi o fundador da tipografia, a qual começou a laborar em 1924, sob a designação Tipografia Artes Gráficas. Tratou-se de uma sociedade com Cândido Valério, cuja duração não terá passado de seis anos de trabalho conjunto. Em 1930, a oficina, cuja primeira instalação foi no Largo Baleizão, 17, 1.º, foi transferida para a Praça Ferreira d'Almeida, n.ºs 22 e 23, alterando nessa mesma data a designação para Tipografia Cácia.

Em 1960, o proprietário constituiu a empresa intitulada Armelim Mendes Cácia, Lda., sob a forma jurídica de uma sociedade por quotas, equitativamente distribuídas pelos sócios, o filho, Carlos dos Santos Cácia, e o genro, José Francisco. De acordo com o testemunho do neto, Mário Carlos Trigo Cácia, a constituição da empresa terá decorrido unicamente da necessidade de salvaguardar a herança dos filhos, uma vez que estava casado em segundas núpcias, pelo que, na prática, os novos sócios só o eram oficialmente, sem qualquer tipo de intervenção no negócio, até porque nenhum dos filhos seguiu o ofício do pai.

⁷ O "Grupo de Teatro do Círculo Cultural do Algarve" foi fundado por José de Campos Coroa e ensaiado por este, por Joaquim Magalhães e por Emílio Campos Coroa. O grupo de amadores era praticamente todo ele constituído por antigos alunos da Escola Industrial de Faro ou do Liceu, contando-se entre eles professores, médicos, engenheiros, estudantes, empregados de escritório, empregados comerciais, donas de casa. Em sete anos (1958-1964) este grupo, premiado várias vezes, levou à cena Gil Vicente, Shakespeare, Calderon de la Barca, Molière, António Ferreira, Tchecov, Fernando Pessoa, Bernardo Santareno, entre muitos outros. Promoveram recitais de poesia, incluindo Emilianio da Costa, Teixeira de Pascoaes, Fernando Pessoa, José Gomes Ferreira e António Ramos Rosa. Para o leitor interessado na história deste grupo, recomenda-se a leitura de COROA, Emílio Campos, *O Teatro Amador em Faro. 1845-1964, 119 anos de teatro amador*, Faro, Grupo de Teatro do Círculo Cultural do Algarve, 1964.

Em 1971, Armelim Cácia afastou-se da sua oficina por motivos de doença e alugou a tipografia a alguns dos funcionários, nomeadamente a João Santos e a Joaquim Gonçalves Reis. Para além destes, continuaram aqui a trabalhar Bartolomeu Urbano Dias, Joaquim Guerreiro e João Casaca Mendinhos. Nas mãos dos arrendatários, a oficina foi deslocada para a Rua Conselheiro Bívar, onde permaneceu até ao seu fecho.

A nova gerência não conseguiu manter a oficina durante muito tempo e, na segunda metade da década de 70, fechou definitivamente as portas. O parque foi então vendido à Tipografia Vargas, de Faro, que actualmente apenas conserva a guilhotina. Todas as outras máquinas foram trocadas aquando de novas aquisições. Oficialmente, a empresa ainda existe, estando a decorrer o processo para o seu encerramento.

No que diz respeito à produção desta oficina, não nos enganemos, assentava maioritariamente nos típicos trabalhos comerciais: guias, facturas, recibos, envelopes, cartões... Segundo Casimiro de Brito, para o tipógrafo “publicar livros não era negócio para a tipografia, daí que fosse de facto uma questão de boa vontade”. Manuel Baptista lembra do oficial a sua postura moldada pelos anos de trabalho e define-o com uma imagem que, de resto, muito foi utilizada nas décadas que agora vimos tratando: “via-o ali, sempre agarrado às máquinas, corcunda. Era um rato, um autêntico rato do trabalho.”

Mas quem foi, afinal, este tipógrafo que não se incomodava com a presença dos jovens e disponibilizou a sua oficina para lá comporem, imprimirem e encadernarem os seus textos, nada do agrado da censura?

Armelim Mendes da Assunção Cácia, instruído com a 4.^a classe, começou como aprendiz de tipógrafo na Tipografia *Folha de Loulé* aos treze anos. Ainda na primeira década do século XX, deslocou-se para Tavira, para a Tipografia Burocrática (1882-1912), propriedade de José Maria dos Santos, tendo-a dirigido até ao seu encerramento. Nesta data, a oficina e a propriedade do jornal que aí se imprimia (*O Herald. Antigo Jornal d'Annuncios*) foram comprados por Carlos Augusto Lyster Franco e por João Pedro de Sousa e o parque tipográfico instalado na Rua 1.º de Dezembro, n.ºs 21, 23 e 27, onde tinha funcionado o extinto Teatro 1.º de Dezembro. Armelim Cácia acompanhou a oficina e foi ele quem a instalou e dirigiu até 1915, agora sob a designação Tipografia Democrática (1912-1917?).

No início dos anos 20, regressou a Tavira, onde foi co-proprietário da Tipografia Democrática (1908-1923), numa sociedade por quotas partilhada com António Germano Lopes, e foi administrador do jornal *A Folha Tavirense*, que aí se imprimiu. Em 1924, já se encontrava novamente em Faro, fundando, como vimos, a Tipografia Artes Gráficas, cujo parque adquiriu a Carlos Augusto Lyster Franco, da antiga Tipografia Democrática.

Armelim Cácia pertenceu à “terceira geração” de tipógrafos algarvios da época moderna. Nascido no final do século XIX, iniciou a sua actividade já no século XX. A anteceder-lo, e ainda

vivos no período em que Armelim Cácia começou o ofício, estiveram Jaime Quirino Chaves e Francisco Soares Ferreira Lisboa, os primeiros tipógrafos profissionais que o Algarve conheceu e os mestres em quase todos os concelhos da região, tendo inaugurado a arte tipográfica em muitos deles. Armelim Cácia foi aprendiz dos aprendizes daqueles dois oficiais.

Quando Armelim Cácia se deslocou para Tavira, para a reputada Tipografia Burocrática, foi, creio, para substituir precisamente Jaime Quirino Chaves que a havia instalado e dirigido e estava de saída para Olhão, onde foi dirigir a Tipografia Democrática (1888-1921), do seu amigo Gustavo Adolfo Manuel Cabrita. Não terá sido um desafio fácil para Armelim Cácia; Jaime Quirino Chaves era conhecido em toda a província pelo esmero do seu trabalho. Tornou-se no único caso em que a imprensa regional coeva, quando publicitava a edição de uma obra saída dos prelos da Tipografia Burocrática, fazia-o acompanhando o anúncio de felicitações ao chefe da oficina. Esta foi mesmo um dos centros de produção literária no final do século XIX. Aqui imprimiram os seus textos Ataíde Oliveira, Cândido Guerreiro, João Lúcio, Salazar Moscoso, Joaquim Rodrigues Davim, António Lobo de Almada Negreiros, para apenas referir alguns.

Pelas colunas d'*O Heraldo* («Antigo Jornal d'Annuncios»), chegavam textos, muitos inéditos, de Raul Proença, Manuel Teixeira Gomes, Joaquim Ribeiro de Carvalho, Maria Veleza, José Ribeiro de Castanho, Bernardo de Passos e Bernardo de Passos Júnior, Jaime Cunha, entre outros.

Na época em que Armelim Cácia a dirigiu, eram colaboradores do jornal *O Heraldo* («Antigo Jornal d'Annuncios») e alguns frequentadores da oficina Carlos Augusto Lyster Franco, Ludovico de Meneses, Joaquim Rodrigues Davim, Salazar Bartolomeu Moscoso, Bernardo de Passos e Joaquim Ribeiro de Carvalho. É, portanto, aqui que Armelim Cácia vive a transição para a República e contacta com alguns dos mais fervorosos defensores do novo regime político, quer a nível regional (Carlos Lyster Franco, por exemplo), quer a nível nacional (Joaquim Ribeiro de Carvalho). É aqui que aprende com José Maria dos Santos a arte da isenção como forma de garante da sobrevivência comercial. Mas é também nesta oficina que Armelim Cácia contacta com escritores, redactores, poetas, historiadores, advogados, professores com a elite intelectual da província.

É sob a sua direcção tipográfica que, a 1 de Agosto de 1909, *O Heraldo* publica como artigo de fundo o texto intitulado “O Futurismo”, assinado por [Joaquim] Ribeiro de Carvalho. Conheciam-se apenas sobre este assunto duas publicações em Portugal, datadas de 1909, a de Xavier de Carvalho, no *Jornal de Notícias* (Porto, 26/02), e a de Luís-Francisco Bicudo, no *Diário dos Açores* (05/08)⁸. Esta última foi, durante muito tempo, considerada a

⁸ Cfr. SILVEIRA, Pedro da, *O que Soubemos logo em 1909 do Futurismo*, separata da *Revista da Biblioteca Nacional*, n.º 1, 1981, pp. 90-103.

primeira publicação sobre o novo movimento literário: *O Heraldo* antecedeu-a quatro dias, não existindo entre os dois textos qualquer relação no que se refere à autoria.

Em Faro, montando e dirigindo a Tipografia Democrática, ao serviço do escritor e pintor Carlos Augusto Lyster Franco e do advogado João Pedro de Sousa, directores do novo *Heraldo* («Bi-Semanário Republicano Democrático»), Armelim Cácia foi testemunha dos grandes entusiasmos ideológicos, protagonizados pelos dois directores a favor da República; presenciou por várias vezes o peso da censura sobre o jornal que compunha e imprimia e continuou fazendo parte de um ambiente cujas preocupações políticas e estéticas eram constantes. Ali presenciou a chegada dos mais novos, a quem Carlos Lyster Franco acolhia nas páginas do seu jornal, na sua oficina e no seu ateliê de pintura que ficava no primeiro andar. Foi afinal aqui que, em 1917, se publicaram textos futuristas “de vários adeptos de tal escola”⁹, nomeadamente de Fernando Pessoa, Almada Negreiros e de Mário de Sá-Carneiro. Também do Algarve partiu a direcção da revista que pontificou este movimento, *Portugal Futurista*, dirigida por Carlos Porfírio, algarvio e amigo de longa data de Lyster Franco.

De regresso a Faro, em 1924, Armelim Cácia comprou o parque tipográfico, que desde muito novo conhecera, a Lyster Franco, assumindo, por sua conta, os destinos da oficina. Nos primeiros anos editou alguns textos; em livro apenas o de José Júlio Rodrigues, *Silhuetas e Visões*; depois os anos tornaram-se economicamente difíceis e a necessidade de manter o negócio não era compatível com aventuras editoriais.

Chegado aos anos 50, com melhorias económicas assinaláveis, Armelim Cácia tem cerca de 60 anos. Está cansado e moldado pelo trabalho: «parecia o espírito das máquinas, um seu prolongamento, como se lá estivesse sempre, vinte e quatro sobre vinte quatro horas», declarou Casimiro de Brito. Mas esta perenidade de que nos fala o poeta não se aplicou somente ao aspecto material; Armelim Cácia soube, como noutros tempos já presenciara, receber os novos, dar-lhes guarida e espaço. Casimiro e Manuel Baptista lembram a sua bondade e disponibilidade: “gostava de ter os jovens por ali, abriu-lhes as portas, mas não se metia.” Não se intrometia: conhecia bem os mecanismos que lhe permitiam manter a porta aberta. De resto, foi ainda visitado pela Censura algumas vezes, ora por ocasião dos *Cadernos do Meio-Dia*, ora por ocasião do *Vietname... em nome da liberdade*.

Armelim Mendes da Assunção Cácia constituiu portanto o elo entre três marcantes oficinas tipográficas algarvias (única do ponto de vista do parque tipográfico) – a Burocrática (Tavira), a Democrática (Faro) e a Cácia (Faro) –, onde foram impressos os textos que

⁹ FRANCO, Carlos Lyster, “Futurismo”, *O Heraldo*, n.º 367, 04/02/1917.

desenharam dois importantes movimentos de vanguarda do século XX: o Futurismo e a *Poesia 61*. No primeiro, o acaso o fez testemunha; no segundo, a sua experiência e o seu espírito determinaram-lhe o berço.

Referências bibliográficas

- BRITO, Casimiro de, “Um pouco de Pré-história”, *Relâmpago*, n.º 18, Lisboa, Fundação Luís Miguel Nava, 2006.
- COROA, Emílio Campos, *O Teatro Amador em Faro. 1845-1964, 119 anos de teatro amador*, Faro, Grupo de Teatro do Círculo Cultural do Algarve, 1964.
- CRUZ, Gastão, “A poesia de 60”, in *A Poesia Portuguesa Hoje*, 2.ª ed., cor. e aum., Lisboa, Relógio d’Água, Set./1999, pp. 197-217.
- FERNANDES DA SILVEIRA, Jorge, *Portugal Maio de Poesia 1961*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.
- MATTOSO, José (dir.), “A lenta agonia do Salazarismo”, in *O Estado Novo (1926-1974)*, coordenação de Fernando Rosas, com a colaboração de Fernando Martins, Luciano do Amaral e Maria Fernanda Rollo, vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 503-543.
- MOREIRA, António, “A crise: do «terramoto Delgado» ao golpe de Beja”, in António Reis (coord.), *Portugal Contemporâneo (1958-1974)*, Lisboa, Publicações Alfa, S.A., 1989, pp. 21-36.
- NETO, Teodomiro, “Do Pentateuco ao Grito Claro”, *Anais do Município de Faro*, vols. XXXI e XXXII, Faro, Câmara Municipal de Faro, 2003, pp. 78-105.
- NOGUEIRA, Alberto Franco, *O Estado Novo. 1933-1974*, com prefácio de Marcelo Rebelo de Sousa, Porto, Livraria Civilização Editora, 2002.
- NOGUEIRA, Alberto Franco, *Salazar. O Ataque (1945-1958)*, vol. IV, Coimbra, Atlântida Editora, 1980.
- NOGUEIRA, Alberto Franco, *Salazar. A Resistência (1958-1964)*, vol. V, Minho, Editora Civilização, 2000.
- OLIVEIRA, César, “Ascensão e consolidação do Estado Novo. A aparente quietude dos anos 50”, in António Reis (coord.), *Portugal Contemporâneo (1926-1958)*, vol. IV, Lisboa, Publicações Alfa, S.A., 1991, pp. 75-80.
- PALMA, Patrícia de Jesus, *A Produção Literária Impressa no Algarve durante os Séculos XIX e XX*, dissertação de mestrado, Lisboa, FCSH, 2008.
- RAIMUNDO, Hélder F., «Casimiro de Brito e o “Movimento Prisma” em Loulé», *al-‘ulyà. Revista Arquivo Municipal de Loulé*, Loulé, Câmara Municipal, n.º 11, 2006, pp. 245-253.
- ROCHA, Clara, *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

SANTOS, Américo Ramos dos, "Abertura e bloqueamento da economia portuguesa", in António Reis (coord.), *Portugal Contemporâneo (1958-1974)*, Lisboa, Publicações Alfa, S.A., 1989, pp. 109-150.

VIEIRA, Joaquim (coord.), "Terra em transe" e "O capitalismo sem complexos", in *Portugal Século XX: Crónica e Imagens*, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.

SILVEIRA, Pedro da, *O que Soubemos logo em 1909 do Futurismo*, separata da *Revista da Biblioteca Nacional*, n.º 1, 1981, pp. 90-103.

Varia

